

RESENHA

PORTOS DE PASSAGEM: UMA REFLEXÃO SOBRE O MAGISTÉRIO E O TRABALHO COM TEXTOS

ANTUNES, Janaína Silva Costa²⁶

GERALDI, João Wanderley. *Portos de Passagem*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

O desempenho insatisfatório de muitos alunos tem ocupado cada vez mais lugar nas reflexões dos professores. Não se pode desconsiderar que os alunos são falantes do português. Como explicar, então, esse desempenho? Competência como falantes da língua não garantiria eficiência? Simplificar as respostas apontando o tipo de trabalho realizado, parece-me uma postura simplista.

A fim de compreender os fatores que configuram esse panorama educacional, esse texto busca respostas em *Portos de Passagem*, de João Wanderley Geraldi (2003). Geraldi conta sua trajetória como professor de Língua Portuguesa e traz muitas contribuições. O convívio com professores de língua, suas inquietações e questionamentos foram o combustível para a elaboração do texto. De forma bastante objetiva, retrata as concepções presentes no sistema escolar acerca dos profissionais da educação.

Trata da ideologia do despreparo profissional e da necessidade de qualificação que emergiu fortemente com o advento da lei 5692/71. Por que investir constantemente em cursos de reciclagem e formação se o profissional já foi considerado habilitado ao terminar seu curso? Questões são levantadas no texto a fim de auxiliar o professor/leitor na compreensão do problema. Não há a pretensão de trazer soluções para o problema que não é exclusivo das escolas de hoje. Historicamente, observam-se fatores que podem ser indícios para a compreensão da situação atual da educação brasileira.

Geraldi traça um panorama a respeito da identidade do professor e ressalta que pode ser compreendida em diferentes momentos na relação entre produção de conhecimento e o ensino. Nos séculos XIV e XV, o professor caracterizava-se como um *produtor* de conhecimentos. Aquele que ensinava era quem *produzia* conhecimento, não havia separação.

No mercantilismo, surge uma nova identidade: o mestre já não se constitui pelo saber que produz, mas por um saber produzido que ele *transmite*. Surge a ideia da escola para

²⁶ Mestre em Educação pela UFES

todos; a universalização do ensino. Nesse momento, há urgência de instrução e de “instrutores”. Surge outra identidade para os professores: de produtores a transmissores.

O professor passa a ser um sujeito que domina um certo saber a que tem acesso em sua formação sem se tornar ele próprio produtor de conhecimento. Mostra-se uma questão a este novo profissional: é essencial estar sempre a par das últimas descobertas da ciência. Isto significa estar sempre *desatualizado*, pois não convivendo com a pesquisa e com os pesquisadores, o professor está sempre um passo aquém da atualidade. Sua competência passa a ser medida por sua atualização.

Verifica-se, também, que muitos conteúdos são ensinados somente porque sempre foram ensinados. Certos conteúdos só são aprendidos para responder a necessidades do próprio sistema da disciplina. É comum professores alegarem que “ensinam” determinados conteúdos porque são exigências das séries seguintes ou do vestibular.

O autor nos chama atenção que a natureza da produção científica é diferente da produção pedagógica. O trabalho pedagógico é subjetivo porque envolve modos de ensinar a pessoas diferentes em épocas diversas. Já a produção científica, preocupa-se em desvelar e descrever a realidade da forma objetiva. Portanto, são formas *incompatíveis* por natureza. Como a ciência tem um espaço de excelência garantido na sociedade, é provável que seja por isso que a escola coloque-se na “obrigação” de apresentar no discurso pedagógico a necessidade de homogeneização dos alunos.

Destaca que a elaboração do saber produzido não tem a participação do professor nem do aluno. O ensino mecaniza-se e o objetivo é aprender as explicações já produzidas pelos cientistas. No mundo tecnologizado muda-se sensivelmente, cada vez mais, a identidade e as condições de trabalho do professor. Esse se aproxima cada vez mais do trabalho manual, e, como se sabe, esse sempre foi mal remunerado na sociedade. Tem-se aí uma pista do “desprestígio” social da profissão. Concordo com Geraldi quando compara o papel do professor com o de um capataz de fábrica: sua função é controlar o tempo de contato do aprendiz com o material previamente selecionado.

Ao direcionar o olhar para nossas salas de aula, percebemos que boa parte dos professores tem adotado cada vez mais o texto como conteúdo de ensino. Por isso, algumas reflexões a respeito se fazem necessárias.

Nem sempre o trabalho com textos teve a relevância que tem hoje. O texto aparecia como um modelo em vários sentidos: 1) objeto de leitura vozeada, 2) objeto de imitação e 3) objeto de uma fixação de único sentido. Essas formas de trabalho com textos mostram a tentativa de tornar uno, pronto e acabado, o que poderia levar à pluralidade.

O texto enquanto “conteúdo de ensino” apresentou-se primeiramente como leitura de sentido único. Mais tarde, o texto passa a ser visto como leitura em que o sentido que vale é o atribuído ao leitor e finalmente, no dias de hoje, o texto é uma leitura que produz sentidos diferentes a partir das concepções de cada leitor. De acordo com Geraldi, essa última forma de inserção do texto em sala de aula, o levar a crer que sua presença pode corroer a identidade do professor como constituída nos tempos de hoje. Isso acontece porque o confronto dos pontos de vista faz da sala de aula um lugar de produção de sentidos. Os sujeitos estudam e aprendem juntos. Acontece uma caminhada interpretativa do leitor a fim de descobrir por que este sentido foi construído a partir das ‘pistas’ fornecidas pelo texto.

Para compor nosso cenário educacional, faz-se necessário observar que a população escolar brasileira cresceu espantosamente especialmente nos anos 60. Com isso, a democratização do ensino trouxe outra clientela para a escola. Até então, os professores eram da “elite cultural” e os alunos da “elite social”. Os professores escolhiam o magistério por vocação e tinham condições favoráveis: saúde, alimentação, possibilidades fartas de leitura. Com a ampliação do número de anos de escolaridade, houve a necessidade de um número maior de professores. O que se viu para atender essa demanda foi a formação de professores em cursos rápidos, sem maior embasamento teórico.

Por conta dessa necessidade, o número de escolas na rede pública aumentou. Prédios improvisados, sem equipamentos e sem segurança foram ganhando espaço. Ao mesmo tempo, a multiplicação dos períodos de funcionamento da escola (período intermediário) provocou a burocratização do ensino.

Geraldi constata que a solução para o despreparo do professor pareceu simples: bastaria oferecer-lhe um livro que, sozinho, ensinasse aos alunos o que fosse preciso. Os livros didáticos seriam de dois tipos: livros textos para os alunos e livros-roteiros para os professores. Dessa forma, mestre e aluno são automatizados e reduzidos a máquinas de repetição material.

Na escola atual, observa-se que o ensino começa pela síntese, definições, generalizações e regras abstratas sistematizando assim a mecanização da palavra. O processo de ensinar está em definir. Observam-se, também, os exercícios estruturais de aplicação de noções e categorias. Estudar a língua confunde-se com o estudar a gramática e suas estruturas. A partir dessa concepção, podemos inferir que os sujeitos envolvidos no processo educativo esquecem-se de que todo aluno já traz consigo o conhecimento prático dos princípios da linguagem e uma gramática interiorizada.

Nesse sentido, a língua pode ser entendida sob duas perspectivas: um instrumento de comunicação entre as pessoas ou como um sistema cujos mecanismos estruturais se procura identificar e descrever. Um professor pode propor desenvolver no aluno habilidades de expressão e compreensão de mensagens (o uso da língua) ou pode ter como objetivo o conhecimento do sistema linguístico. Os alunos são levados a repetir o que já sabem. É educado para copiar, combinar palavras com desprezo pelo sentido.

Para pensar em um trabalho com a língua, acredito, assim como Geraldi, ser essencial a todos os professores não perderem de vista que a língua é dinâmica e através dos tempos sofre influências de todo contexto sócio-histórico-cultural. Além disso, nossas experiências somente serão significativas se elas relacionarem-se, de alguma forma, com nossa vivência. O mesmo acontece com a língua na escola. Se os conhecimentos a serem estudados forem significativos, serão feitas relações anteriores e a aprendizagem será mais verdadeira.

Trabalhar com textos é imprescindível desde a alfabetização, porém, a escolha adequada e a forma de explorá-los são essenciais para que o sucesso nas aulas seja mais facilmente visível. O que não se pode ingenuamente acreditar é que a utilização de textos vai garantir uma aula significativa aos alunos.

Colocar somente sob a responsabilidade do professor esse desempenho insatisfatório é um exagero. É claro que os professores não estão isentos de responsabilidade, bem como todos os profissionais envolvidos no processo educativo, porém, é preciso ter em mente que a crise educacional acontece nas mais diversas realidades mundiais, não só em nosso país.

Só nos resta buscar estratégias para que o trabalho com a linguagem seja significativo para os alunos. Para isso, é preciso que o profissional de educação tenha clareza do sujeito quer ajudar a formar, sem esquecer que suas concepções de sujeito estão diretamente ligadas à prática educativa. Não se pode esperar que os alunos aprendam a questionar ou compreender as inferências em um texto se isso não for uma prática constante nas aulas.

Portos de Passagem é leitura obrigatória para todos os professores. As reflexões trazidas por Geraldi são de uma riqueza e profundidade que servem base para compreensão dos rumos que a educação tomou em nosso país.

Referências

GERALDI, João Wanderley. *Portos de Passagem*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.